

Processo: 01466-2005-008-03-00-0 RO

Data da Sessão: 28/06/2006

Data da Publicação: 08/07/2006

Órgão Julgador: Terceira Turma

Juiz Relator: Juiza Maria Lucia Cardoso Magalhães

Juiz Revisor: Juiz Bolivar Viegas Peixoto

RECORRENTES: VIAÇÃO SANTA TEREZA LTDA. e MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

RECORRIDOS: OS MESMOS

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS - Direitos coletivos são os transindividuais de natureza indivisível compostos por grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si, ou com a parte contrária por uma relação jurídica-base, e o direito perquirido centra-se no ambiente do trabalho dos empregados, ex-empregados ou futuros empregados da Requerida, particularizado em extrapolação ilegal das jornadas de trabalho, utilização da Justiça do Trabalho para homologar rescisões contratuais, no que afeta grupo determinado de pessoas (todos os trabalhadores envolvidos com a Empresa), como tal, indivisível (não se o identifica isoladamente) e vincula o empregador com a comunidade profissional na mesma relação jurídica-base (contratação mercê da Lei Trabalhista) e às normas de segurança do contrato

de trabalho (Título II, Capítulo V, da CLT). A hipótese traz a possibilidade de não cumprimento de mezinhas garantias sociais constitucionalmente asseguradas, concludo-se no assim proceder a empresa com quase todos os trabalhadores contratados e que assim procederá em eventuais contratações, mantendo conduta renitente com o ordenamento trabalhista, por isso o argumento de que a ação civil pública fora ajuizada apenas para satisfazer direitos individuais não se sustém, não se podendo fragmentar direitos aos quais o legislador conferiu, para os fins da tutela coletiva, o caráter de indivisibilidade. Há legitimidade constitucional e legal para o ajuizamento da ação civil pública trabalhista na defesa da coletividade em sentido amplo (potenciais empregados a serem contratados encorpando direito difuso) e da coletividade em sentido estrito (os que já lhe prestam serviços demarcando direito coletivo), sistemática do Código de Defesa do Consumidor (art. 81, parágrafo único, I e II, que deve ser tomado em cotejo com o art. 129, inciso III, da Constituição da República e artigo 83 da Lei Complementar n. 75/93, dispondo expressamente acerca da competência do Órgão do Parquet para promover ação civil pública no âmbito da Justiça Especial do Trabalho). O caráter difuso do dano confere ao MPT legitimidade, caracterizada por lesões em massa com a indeterminação dos destinatários, reclamando o instituto tutelar perante o Judiciário, no caso, a ação civil pública prevista na Lei n. 7.347/85.

RELATÓRIO

Ao relatório de f. 1487/1489, acrescento que a sentença da 8ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, proferida pela Exma. Juíza Cristiana Soares Campos, julgou procedentes, em parte, os pedidos, condenando a reclamada à obrigação de submeter ao sindicato ou à autoridade do Ministério do Trabalho o termo de rescisão do contrato de trabalho de seus empregados com mais de 01 ano de serviço, para fins de homologação, na forma prevista no art. 477, § 1º, da CLT, sob pena de pagamento de multa diária de R\$500,00, por cada vez em que referida obrigação de fazer for descumprida, a ser revertida em favor do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT); por corolário, condenar a reclamada à obrigação de abster-se de utilizar a Justiça do Trabalho como mero órgão homologador de rescisões contratuais, através de lides simuladas, mantida a multa única de R\$500,00, a cada vez que a referida obrigação de não fazer for descumprida, a ser revertida em favor do FAT; condenar a reclamada ao pagamento de R\$50.000,00, a título de indenização decorrente da lesão a direitos difusos, a ser corrigido monetariamente até o seu efetivo pagamento e revertido em favor do FAT.

A reclamada recorre (f. 1501/1506) arguindo preliminarmente a impossibilidade jurídica do pedido, bem como a ilegitimidade ativa do Ministério Público do trabalho. No mérito, alega não ter sido configurada a hipótese de lide simulada, motivo pelo qual deverá ser julgada improcedente a reclamação proposta. Insurge-se também contra o valor da multa e da indenização.

Contra-razões pelo Ministério Público do Trabalho, a f. 1511/1522.

O autor recorre (f. 1523/1529) requerendo majoração no valor da multa (astreinte) aplicada à reclamada.

Contra-razões, a f. 1533/1534.

FUNDAMENTOS

ADMISSIBILIDADE

Conheço dos recursos, por presentes os pressupostos de admissibilidade. Os recursos serão analisados simultaneamente, no que tange à multa, por se tratar de matéria comum a ambos.

PRELIMINARES

IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO

A recorrente argúi a impossibilidade jurídica do pedido ao argumento de que a postulação se deu com base em suposição pessoal do juiz da 23ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, no sentido de estar se valendo a empresa de lide simulada.

A preliminar erigida pela demandada se confunde com o mérito da questão, porquanto não há como se avaliar a alegada impossibilidade jurídica do pedido sem se adentrar na análise de fundo.

Não existe, *in casu*, impossibilidade jurídica do pedido.

Preliminar rejeitada.

CARÊNCIA DE AÇÃO - ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Não tenho dúvida de que há legitimidade de parte ativa do Ministério Público do Trabalho, avultando o interesse processual.

O conceito de interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos está contido no artigo 81 da Lei n. 8.078/90, assim autorizado à colação pelo artigo 21 da Lei n. 7.347/85, na condução dada pelo artigo 769 da CLT, *verbis*:

“Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em Juízo individualmente, ou a título coletivo.

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste Código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste Código, os transindividuais de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica-base;

III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.”

Ponto em que vem minudenciar o inciso III do artigo 129 da Constituição da República, ou competir ao Ministério Público do Trabalho, dentro das suas funções institucionais, promover inquérito civil e ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos. E o caso retrata defesa de direitos que têm origem comum, acionando o interesse público na defesa coletiva, mediante única ação.

O propósito da ação civil pública em estudo é, ao final, impor abstenções e obrigações positivas à Requerida contingenciando-lhe a possibilidade de violar direitos sociais abrangendo toda a comunidade profissional que lhe presta serviços, ou que possam vir a ser contratados para a faina diária sob a égide da Lei Tutiva que, de modo supino, tem previsão explícita e destaque serão nenhum dos atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos Consolidados.

Nesse desiderato, o Órgão do Parquet pauta-se em evidenciar denunciando, possibilidade de conduta genérica reiterada pela Requerida, sendo disso exemplo a homologação de Termos de Rescisão do Contrato de Trabalho de seus empregados dispensados perante o Sindicato de classe ou autoridades arroladas no artigo 477 Celetário, ou mesmo tolhê-la de somente portar pagamento de verbas resilitórias mediante ação e utilizando-se da Justiça do Trabalho como órgão indireto homologador, no que encorpa defesa de direitos difusos coletivos para os que, evidentemente, o ordenamento não legitima indivíduos.

Reforçam mais meu entendimento ratificando a questão superada em Primeiro Grau Jurisdicional, recorrentes pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal acerca da

matéria, para, agora, declarar a legitimidade de parte ativa do Ministério Público do Trabalho, essencialmente ao inculcar a Magna Carta preponderante munus ao Ministério Público, alcançando-o a instituição permanente essencial à função jurisdicional do Estado, que passou a incumbir-se da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, a teor do art. 127 da Constituição da República, instilando efeito na proteção ao meio ambiente hígido do trabalho.

Entendo que há capacidade postulatória do órgão do Parquet não só para a abertura do inquérito civil, da ação penal pública e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, abrangendo também outros interesses difusos e coletivos no campo das relações de trabalho (art. 129 ibidem), competindo-lhe promover a ação civil pública, no âmbito desta Justiça, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, bem assim outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, a teor dos artigos 6º, inciso VII, alínea d c/c o art. 83, inciso III, da Lei Complementar n. 75/93. A conceituação, assim, abarca a indeterminação característica dos interesses difusos envolvendo interesses coletivos.

Sobredito realce aponta também a relevância social ínsita aos interesses homogêneos, equiparados aos coletivos.

Atribuída lesão a direitos coletivos, a legitimidade ativa passa também pelo esteio jurisprudencial a seguir:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA. MINISTÉRIO PÚBLICO. DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS NA ESFERA TRABALHISTA. 1. Assentada a premissa de que a lide em apreço versa sobre direitos individuais homogêneos, para dela divergir é necessário o reexame das circunstâncias fáticas que envolvem o ato impugnado por meio da presente ação civil pública, providência vedada em sede de recurso extraordinário pela Súmula STF n. 279. 2. Os precedentes mencionados na decisão agravada (RREE 213.015 e 163.231) revelam-se perfeitamente aplicáveis ao caso, pois neles, independentemente da questão de fato apreciada, fixou-se tese jurídica no sentido da legitimidade do Ministério Público ajuizar ação civil pública na defesa de interesses individuais homogêneos na

esfera trabalhista, contrária à orientação adotada pelo TST acerca da matéria em debate. 3. Agravo regimental improvido.” (RE 394180 - AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO; Relatora Ministra. ELLEN GRACIE; Julgamento: 23.11.2004; Segunda Turma; DJ de 10-12- 2004, p. 00047 EMENT VOL - 02176-03, PP-00531).

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA PROMOVER AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E HOMOGÊNEOS. MENSALIDADES ESCOLARES: CAPACIDADE POSTULATÓRIA DO PARQUET PARA DISCUTI-LAS EM JUÍZO. 1. A Constituição Federal confere relevo ao Ministério Público como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127). 2. Por isso mesmo detém o Ministério Público capacidade postulatória, não só para a abertura do inquérito civil, da ação penal pública e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, mas também de outros interesses difusos e coletivos (CF, art. 129, I e III). 3. Interesses difusos são aqueles que abrangem número indeterminado de pessoas unidas pelas mesmas circunstâncias de fato e coletivos aqueles pertencentes a grupos, categorias ou classes de pessoas determináveis, ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base. 3.1. A indeterminidade é a característica fundamental dos interesses difusos e a determinidade a daqueles interesses que envolvem os coletivos. 4. Direitos ou interesses homogêneos são os que têm a mesma origem comum (art. 81, III, da Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990), constituindo-se em subespécie de direitos coletivos. 4.1. Quer se afirme interesses coletivos ou particularmente interesses homogêneos, stricto sensu, ambos estão cingidos a uma mesma base jurídica, sendo coletivos, explicitamente dizendo, porque são relativos a grupos, categorias ou classes de pessoas, que conquanto digam respeito às pessoas isoladamente, não se classificam como direitos individuais para o fim de ser vedada a sua defesa em ação civil pública, porque sua concepção finalística destina-se à proteção desses grupos, categorias ou classe de pessoas. 5. As chamadas mensalidades escolares, quando abusivas ou ilegais, podem ser impugnadas por via de ação civil pública, a requerimento do Órgão do Ministério Público, pois ainda que sejam interesses homogêneos de origem comum, são subespécies de interesses coletivos, tutelados pelo Estado por esse meio processual como dispõe o artigo 129, inciso III, da Constituição Federal. 5.1. Cuidando-se de tema ligado à educação, amparada constitucionalmente como dever do Estado e obrigação de todos (CF, art. 205), está o Ministério Público investido da capacidade postulatória, patente a legitimidade ad causam, quando o bem que se busca resguardar se insere na órbita dos interesses coletivos, em segmento de extrema delicadeza e de conteúdo social tal que, acima de tudo, recomenda-se o abrigo estatal. Recurso extraordinário conhecido e provido para, afastada a alegada ilegitimidade do Ministério Público, com vistas à defesa dos interesses de uma coletividade, determinar a remessa dos autos ao Tribunal de origem, para prosseguir no julgamento da ação.” (RE 163231/SP - RECURSO EXTRAORDINÁRIO; Relator Ministro MAURÍCIO CORRÊA; Julgamento em 26.02.1997; Órgão

Julgador: TRIBUNAL PLENO; Publicação: DJ de 29-06-2001, p. 00055, EMENT VOL-02037-04 PP-00737).

Vários termos de ajuste de conduta foram rejeitados pela Requerida, como se verifica da ampla prova documental acostada pelo autor no procedimento investigatório por ele instaurado, corroborando potencialidade premente do aforamento da ação civil pública.

Portanto, não se viabiliza a dialética pelo vexo proposto pela Recorrente, por isso adoto como tese do julgado: direitos coletivos são os transindividuais de natureza indivisível compostos por grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica-base, e o direito perquirido centra-se no meio ambiente do trabalho dos empregados da Requerida, particularizado em jornadas de trabalho, extrapolação delas fora dos limites legais, utilização da Justiça do Trabalho para homologar rescisões contratuais, no que afeta grupo determinado de pessoas (todos os trabalhadores da Empresa), como tal, indivisível (não se o identifica isoladamente) e vincula o empregador com a comunidade profissional na mesma relação jurídica-base (contratação mercê da Lei Trabalhista) e às normas de segurança do contrato de trabalho (Título II, Capítulo V, da CLT). A hipótese nos traz a possibilidade de não cumprimento de mezinhos direitos sociais constitucionalmente assegurados (segurança no trabalho), concluindo-se no assim proceder a empresa com quase todos os trabalhadores contratados e que assim procederá em eventuais contratações, mantendo conduta renitente com o ordenamento trabalhista, o argumento de que a ação civil pública fora ajuizada apenas para satisfazer direitos individuais não se sustém, não se podendo fragmentar direitos aos quais o legislador conferiu, para os fins da tutela coletiva, o caráter de indivisibilidade. Há legitimidade constitucional e legal para o ajuizamento da ação civil pública trabalhista na defesa da coletividade em sentido amplo (e potenciais empregados a serem contratados - direito difuso) e da coletividade em sentido estrito (os que já lhe prestam serviços - direito coletivo) -, adotando-se a sistemática constante do Código de Defesa do Consumidor (art. 81, parágrafo único, I e II, que deve ser tomado em cotejo com o art. 129, inciso III, da Constituição da República e artigo 83 da Lei Complementar 75/93, dispondo expressamente acerca da

competência do Órgão do Parquet para promover ação civil pública no âmbito da Justiça Especial do Trabalho). O caráter difuso do dano confere ao MPT legitimidade, refletindo a complexidade da sociedade moderna, caracterizada pelas lesões em massa, com a indeterminação de seus destinatários, o que reclama novos institutos de tutela perante o judiciário, no caso a ação civil pública prevista na Lei n. 7.347/85.

Rejeito, pois, a tese da carência de ação.

MÉRITO

LIDE SIMULADA - CONFIGURAÇÃO

Insurge-se a reclamada contra a condenação que lhe foi imposta aduzindo em síntese que não se valeu do Judiciário trabalhista como órgão homologatório de rescisão de contratos de trabalho de seus ex-empregados.

Caso outro seja o entendimento adotado, requer seja excluída da condenação a indenização a que foi condenada, bem como haja a redução das multas impostas.

Pois bem.

Certo realmente é acionar a Justiça do Trabalho para solucionar conflitos de interesses entre empregado e empregador. Nada haveria de errado em procurar a Justiça se se sentisse ser o caminho para o reparo de lesão. Direito esse que não encontra embaraços no ordenamento jurídico.

Outro valor é fazer com que a Justiça Especial do Trabalho se torne o meio de desvencilhamento empresarial do quanto, em realidade, deve ao laborista, procurando desatar-se do que lhe acomete a lei, dando voltas na lei visando tornar lícitos atos que, na raiz, menosprezaram obrigações legais adredemente previstas em normas tuitivas.

As alegações da peça exordial vieram todas embasadas em farta prova, corroborando os fundamentos da exordial acerca de prática simulada de lides emulando o corpo

funcional a buscar a via judicial como forma única de haver direitos sonegados, no que se comportam amigavelmente quanto ao acerto resilitório de forma espetacularmente vantajosa para a Requerida, que, mesmo assim, teria acesso à cláusula extintiva do contrato de trabalho para não mais ensejar demandas judiciais, sem se desaperceber da sonegação contributiva previdenciária maquiadas verbas de cunho indenizatório.

Ficou definido no processo que empregados com mais de um ano de antigüidade, que teriam o abrigo homologatório dos respectivos Termos de Rescisão do Contrato de Trabalho no âmbito sindical categorial ou pelo Ministério Público ou como previsto, no caso, através do albergue do § 1º do artigo 477 da CLT, foram compelidos a ajuizar reclamação trabalhista.

Cerca de 93% das rescisões foram realizadas com o uso da Justiça do Trabalho.

Notável que a maior parte dos, até então, oito volumes deste processo, concatenam didaticamente reproduções documentais de ações trabalhistas até a ata que homologa acordos celebrados, sendo ilustrativo excerto do *verdictum a quo*:

"No caso vertente, restou sobejamente comprovado pela prova documental existente nos autos o fato de os réus deixarem de proceder às homologações das rescisões dos contratos de trabalho de seus empregados, com mais de um ano de serviço, perante o Sindicato profissional ou na DRT e passaram a 'orientá-los' no sentido de que ajuizassem reclamação trabalhista para receberem suas verbas, simulando lides inexistentes. A documentação trazida aos autos pelo autor não deixa dúvidas quanto à conduta irregular e lesiva da empresa ré, frisando que, em defesa, tais documentos sequer foram impugnados. Do conjunto probatório que se apresenta, emerge que o réu não trouxe aos autos provas documentais capazes de refutar satisfatoriamente as alegações esposadas na peça vestibular, não tendo, inclusive, sequer impugnado os documentos apresentados pelo órgão ministerial, e que aqueles trazidos junto com a peça de resposta se mostram insuficientes a elidir a conduta imposta ao réu." (f. 1494)

Com esse destaque, vem-me a dignidade da Justiça e, antes dela, a natureza jurídica do processo, que é o sistema (ou método) posto pelo Estado jurisdicional pelo qual se presta a tutela jurisdicional, envolvendo seqüência de atos que vai desde a petição inicial até a remessa do processo ao arquivo e, dentro desse seqüencial, atos interligados com o estabelecimento válido de um processo, tendo como

pressuposto de uma relação jurídica de direito público que se estabelece entre juiz e partes mediante a assunção de direitos, deveres, poderes, faculdades e ônus.

Dentro das funções do processo, verifica-se a efetiva situação jurídica das partes (titulares de um direito ao qual efetivamente resiste a contraparte), realizando a situação jurídica apurada, não só a verificada no processo cognitivo, mas também aquelas acreditadas pela lei, estabelecendo condições necessárias para que se possa pretender a prestação jurisdicional.

Falo da natureza jurídica do processo, porque envolve uma relação de direito público em que as partes, além de todos aqueles ônus acima, assumem primordialmente o compromisso de cooperação com o Estado na solução do conflito, sendo leais.

Oportuna à lembrança o teor do artigo 125 do CPC:

"O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, competindo-lhe:

- I - assegurar às partes igualdade de tratamento;
- II - velar pela rápida solução do litígio;
- III - prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da Justiça.
- IV - tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes"

Acerca de lides simuladas, já que cumpridamente provadas aqui, estou a assentir com o r. entendimento a quo no particular. Não se compraz com a noção de Justiça, do mecanismo compositivo mesmo do conflito de interesses capitulado por pretensão resistida, muito menos com a de processo, tal como posto a serviço da parte lesionada que sente de perto a alternativa de vir ao Judiciário como única opção, obrigar ao aforamento de reclamações como forma de acesso às verbas rescisórias, o que equívale à noção de processo como forma de ingresso no Poder Judiciário e como garantia constitucional do uso retilíneo dela.

Não é preciso ser especialista para concluir que ao trabalhador brasileiro não se defere aguda proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa prevista, sendo disso exemplo o enfático silêncio do inciso I do artigo 7º da Constituição da República, até aqui não regulamentado no esteio alvejado pelo Legislador Constituinte de 1988.

Elementar igualmente que a maior parte de reclamações trabalhistas são aforadas após findo o respectivo contrato de trabalho, tal o temor provocado, na classe operária, pelo maciço desemprego.

Casos há de lesões continuadas que se sujeitam à prescrição, avultando limitação, em princípio, ao quinquênio do ajuizamento tomado retroativamente após findo o contrato, o que, não devo omitir, assume a forte propensão de decote a bem do interesse econômico empresário. Isto em si considerando a sinceridade dos atores sociais, vindo sinceramente o ex-empregado acionar a máquina judiciária porque se sentiu lesionado, assomando necessidade-utilidade do provimento a ser dado.

Há, no intermédio dessas mesmas reclamatórias, sem número de conciliações celebradas nesse âmbito, novamente fazendo sobressair enormes vantagens também para o empregador, que, não me falta, passa a contar com o parcelamento do débito trabalhista, muitas vezes a longo prazo, guindando à cláusula de "plena e geral quitação pelo objeto do pedido e pelo extinto contrato de trabalho", passada pelo Reclamante. Outro corpo toma a atitude empresária de não permitir alternativa ao empregado dispensado, senão encaminhar-se ao poder Judiciário para receber, via acordo, os valores de sua rescisão contratual.

Ora, a cláusula de quitação geral passada em juízo impede o Laborista de cobrar, no futuro, restos muitas vezes avultados mediante outra reclamação trabalhista versando sobre aquela mesma relação de emprego.

Hodiernamente, há também a manobra provocada em face do INSS, quanto à capitulação das parcelas pagas de cunho indenizatório, descredenciando o cunho contributivo previdenciário.

Só se visualizam, assim, vantagens à empresa que procede dessa forma. Embora o ordenamento jurídico oferte o instrumento para tanto, nunca se espera o uso dele como signo de abuso do direito processual. Ao mau empregador é que se volta a presente ação civil pública, já que é dele que se espera conduta proba, cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias como previstas em lei. Não, como o uso dela, trilhar caminho oposto, o da ilegalidade tornada lícita por ato

judicial e engenho empresário. Somente se descumpridas, dentro de um cenário jurídico de dúvida marcante, ocasionando lesão, é que se volta ao Poder Judiciário para o restauro da situação pejorativa, a que se chega após instalada *res dubia*, além da essencial dilação probatória, para se chegar à sentença, sendo

sempre bem vinda a conciliação, não mera indigitação da Justiça do Trabalho para que se faça o acerto ao arrepio do artigo 477 da CLT.

Do homem médio, da sociedade moderna, não se expecta, diante do contingenciamento ditado pelo Poder Público a bem deles mesmos, conduta diferente da que se inscreve, por exemplo, às escâncaras, no Corpo Celetizado, que prevê e coíbe condutas como as supra arroladas, no que poderia indicar a desnecessidade de atuação expiatória do Ministério Público do Trabalho.

Parte mal intencionada se acerca do Judiciário, disso não me descuro, mas processo e Estado jurisdicional não condizem com lides simuladas (empregados dispensados somente vêem o dedo do superior hierárquico indicando a Justiça do Trabalho, se quiserem ter o acerto, sempre contando o empregador com adminículos, como parcelamento da dívida trabalhista e descredenciamento de parcelas propensas ao desconto previdenciário). Isso sem se esquecer da outorga da plena quitação não apenas pelos pedidos, também pelo extinto contrato de trabalho, com os efeitos imediatos da coisa julgada, previstos no parágrafo único do artigo 831 da CLT, importa à Requerida a segurança de que nada mais terá de pagar por aquele extinto contrato de trabalho.

A explicação empresária de que se tratavam de dispensas por justa causa e, portanto, o acionamento do judiciário seria inevitável, não convence e nem serve de atenuante. Ao contrário, a conduta maquiavélica se completa na sua plenitude com essa forma usual e gratuita de dispensa, porque permitirá a celebração de acordos mais vantajosos para a empresa.

A Justiça do Trabalho não é órgão homologador, tampouco possui natureza administrativa e os casos provados não permitem uma espécie de jurisdição voluntária no âmbito trabalhista.

É a existência de litígio entre as partes que aciona a competência material da Justiça do Trabalho, como consta no art. 114 da Constituição da República, que exige a existência de dissídio (individual ou coletivo).

Como se vê, vítimas novamente são os empregados (ex-empregados, futuros trabalhadores), não sendo razoável imputar-lhes abuso do direito de ação, eis que precisam receber seu crédito trabalhista alimentar.

Além disso, não me falta igualmente que a manobra empresária conta, ainda, com o golpe de misericórdia no esteio da quitação plena passada: o ex-empregador torna-se forro de qualquer outra reclamação que poderia conter em si tudo quanto fora sonogado ao ex-empregado, que tivera seu acerto resolvido na Justiça do Trabalho mediante acordo homologado.

Esquema, a meu ver, ilegal, imoral e logicamente imperfeito, consultada a rede protetiva prevista no corpo da CLT. Esse é, por excelência, o desvio de finalidade da reclamação trabalhista.

Todo o vínculo, todo o elo, toda a obrigação sonogada terminará logo na audiência inaugural através de acordo com a cláusula de "plena e geral quitação pelo pedido inicial e pelo extinto contrato de trabalho" passada ao ex-empregador. Essa prática eqüivale a usar do Judiciário Trabalhista para neutralizá-lo aviltantemente. O Direito do Trabalho em vigor neutraliza-se assim por ato simulado para se chegar ao resultado de aquinhoamento ao economicamente forte e normas tutelares trabalhistas constituem o patamar mínimo inafastável dos direitos e garantias sociais constitucionalmente assegurados aos trabalhadores brasileiros, conforme o artigo 7º, caput, da Constituição da República.

Evidente a desmoralização da atividade jurisdicional. Ao mesmo tempo, também seriamente enfraquecida a atuação da Delegacia Regional do Trabalho e do Sindicato de classe. Substantial número de rescisões contratuais e lesões trabalhistas sequer chegam ao seu conhecimento e a Lei Trabalhista prevê a assistência indispensável para as rescisões dos contratos de trabalho de duração

superior a 1 (um) ano (CLT, artigo 477, § 1º). Igualmente prejudicada a Previdência Social.

Essencial que se reverta quadro tão ruinoso. Não se adapta a quaisquer das situações-tipo o ato simulado aqui amplamente provado, desautorizada a ordem jurídica e assentadas no olvido ao texto do artigo 477 da CLT. O procedimento evidencia lesão a direitos sociais indisponíveis de trabalhadores, em fraude à aplicação da legislação trabalhista, motivo pelo qual deverá ser rechaçado pela ordem jurídica, merecendo destaque as ementas:

"LIDE SIMULADA. CARACTERIZAÇÃO. A lide simulada é a forma fraudulenta mais desprezível no mundo jurídico, pois as partes usam do poder judiciário para se obter vantagem ilícita ou, como no caso dos autos, para dar formato de coisa julgada a um acordo realizado anteriormente à propositura da ação reclamatória. A justiça trabalhista não é órgão administrativo, cancelador de acordos, onde não há lide, devendo as partes, inclusive os seus patronos, responder pelo ato fraudulento." **(TRT 15ª Região " ROPS 17963/04 (Ac. 29455/04) " 6ª Turma " Rel. Juiz Flavio Nunes Campos - DOESP de 06.08.2004 " p. 67).**

"ACORDO. LIDE SIMULADA. ART. 129 C/C ART. 125, III, DO CPC. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO. ACORDO. LIDE SIMULADA. ART. 129 C/C ART. 125, III, DO CPC. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO. Constatado o uso indevido do processo pela reclamada, utilizando-se da justiça do trabalho como órgão homologador das rescisões de seus empregados, correta a sentença que não homologou o acordo apresentado, extinguindo o feito sem julgamento do mérito. O procedimento constitui ato atentatório à dignidade da justiça, tendo o magistrado o dever de coibi-lo (art. 125, III, do CPC)." **(TRT 23ª Região " RO 00572.2003.026.23.00-7 " Rel. Juiz Osmair Couto " DJMT de 10.05.2004 " p. 19).**

"LIDE SIMULADA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO. Demonstrada a autêntica tentativa de simulação de transação, em reclamação trabalhista fictícia, correta a sentença primária que extingue o processo na forma do art. 129 do CPC, determinando a comunicação do fato ao ministério público e à OAB, para adoção das providências penais (arts. 171 e 203 do CP) e administrativas cabíveis (art. 35 da Lei n. 8.906/94)." **(TRT 10ª Região - ROPS 01760/2002 - 3ª Turma - Rel. Juiz Douglas Alencar Rodrigues - DJU de 09.08.2002).**

Portanto, não tem como ser louvada, como pretende a recorrente, a iniciativa de buscar, por meio da conciliação, dar solução ao processo, se evidenciada a intenção

de simular litígio, por aplicação da inteligência do artigo 129 do Código de Processo Civil.

Servir-se a Requerida de reclamação trabalhista para praticar ato simulado ou conseguir fim proibido por lei, através da análise dos fatos comprovados nesta ação, não lhe rende pronta absolvição, eis que a finalidade das várias reclamações aforadas foi desvirtuada em evidente ofensa aos princípios constitucionais da legalidade, moralidade, assegurando a observância da Lei trabalhista e a dignidade da Justiça. Não se mostra relevante a particularidade de apenas um dos "litigantes" beneficiar-se de almejado resultado. Essencialmente, não se pode ignorar o prejuízo causado ao Poder Judiciário, usada que foi a Justiça do Trabalho como mero órgão homologador de acordos. Nenhuma pretensão resistida por parte da empresa reclamada se firma ou se propôs processualmente a ser dirimida.

Houve realmente uso indevido do processo para o fim de quitar obrigações trabalhistas, utilizando-se a Justiça do Trabalho.

De resto, as investigações provocadas por requisição do Ministério Público do Trabalho, e todos os documentos, que se cumprem com presunção juris tantum de validade, indicam verossimilhanças a ponto de legitimar o manejo da presente ação civil pública, diante da gravidade dos fatos relatados.

Assim é que mantenho o julgado hostilizado quanto às obrigações impostas: 1) submeter ao sindicato ou à autoridade do Ministério do Trabalho o termo de rescisão do contrato de trabalho de seus empregados com mais de 01 ano de serviço, para homologação; 2) abster-se de utilizar a Justiça do Trabalho como mero órgão homologador de rescisões contratuais, através de lides simuladas.

Diante do poder que me é conferido acerca do recibo do quantum atribuído à multa por descumprimento das referidas obrigações, entendo ser insuficiente o valor de R\$500,00 por descumprimento, total ou parcial, de cada uma delas e a cada constatação (curso no artigo 11 da Lei n. 7.347/85 e na lente do artigo 461 do CPC) valor este que será destinado ao Fundo de Amparo do Trabalhador.

Com efeito, esse valor, bem inferior ao piso salarial da categoria, não inibirá a recorrente em seu firme propósito de abusar do Poder Judiciário, já que poderá ser "repassado" ao empregado dispensado, através da diminuição do valor do "acordo judicial".

Elevo a multa para R\$1.000,00, confiando que, esse valor possa efetivamente inibir a recorrente.

Lado outro, mantenho a indenização por lesão a direitos difusos violados (sentença, f. 1496).

A indenização arbitrada no importe de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) para reparação de danos causados aos direitos difusos dos trabalhadores envolvidos, diante da manutenção do julgado na parte das obrigações positivas e negativas supradefinidas, é perfeitamente cabível e justificável e não repõe, nem de longe, os prejuízos causados pela empresa aos empregados e ao Estado através de seu deplorável procedimento.

O provimento jurisdicional diz respeito, em especial, ao futuro (obrigações de não-fazer) e ao passado (indenização pelos prejuízos causados, que restou definido com o escárnio às legislações trabalhista e previdenciária), além de se enquadrar na ação restauradora e eficaz da ação civil pública, nos cânones dos artigos 129, III, da Constituição da República, c/c a Lei n. 7.347/85.

A proposta cominatória se consoa com situação de desprezo ao sentimento coletivo e indenizações que tais devem ser impostas, a fim de punir eficazmente a reprovável conduta da empresa, mesmo porque, até aqui, só lucrou com as lides que simulou.

Por tudo isso, nego provimento ao recurso da reclamada e dou provimento parcial ao do autor, para dobrar o valor da multa por descumprimento das obrigações impostas pela sentença.

CONCLUSÃO

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO, por sua Terceira Turma, à unanimidade, conheceu dos recursos interpostos; sem divergência, rejeitou as preliminares argüidas pela reclamada; no mérito, unanimemente, negou provimento ao recurso da reclamada e, por unanimidade, deu provimento parcial ao recurso do autor, para elevar para R\$1.000,00 o valor da multa por descumprimento das obrigações que foram impostas; mantido o valor da condenação, por compatível.

Belo Horizonte, 28 de junho de 2006.

MARIA LÚCIA CARDOSO DE MAGALHÃES
JUÍZA RELATORA